

## A interdisciplinaridade e a pluralidade da Ciência Forense

Neste quarto número de 2023 da Revista Brasileira de Criminalística (RBC), contamos com dezesseis trabalhos que contribuem de diferentes formas com o avanço e as perspectivas da criminalística no Brasil. Os temas ensejam possibilidades de discussão nas diferentes áreas do escopo da revista e contamos com uma nota técnica que fomenta outros diálogos.

A edição se inicia com um artigo que compõe a seção de Crimes Contra o Meio Ambiente, intitulado “Abate de onça-pintada (*Panthera onca Linnaeus*, 1758) por arma de fogo no Estado de São Paulo, Brasil”, a partir do qual se analisa criticamente a morte por arma de fogo de um animal ameaçado no bioma Mata Atlântica, a partir do diagnóstico por imagem associada a técnicas de necropsia forense.

Na sequência, a parte de Criminalística Geral conta com dois artigos que tem como tema central a cadeia de custódia, instituto tão importante e que foi inserido no Código de Processo Penal no final de 2019 pela Lei 13.964. No primeiro, intitulado “Preservação da cadeia de custódia de vestígios pela Polícia Militar do Estado do Pará: fundamentos legais para criação de procedimentos padrão”, os autores buscam analisar jurídica e tecnicamente a função do policial militar do Estado do Pará quanto aos procedimentos da cadeia de custódia, a partir do estudo dos artigos do Código de Processo Penal, de obras publicadas e normas internas da polícia militar. O artigo concluiu que, ainda que exista a legislação, a Polícia Militar do Estado do Pará não possui padronização de procedimentos quanto à cadeia de custódia de vestígios, prejudicando o trabalho pericial e a investigação criminal. No segundo artigo, intitulado “A importância da utilização de bancos de perfis genéticos no Brasil e a preservação da cadeia de custódia”, os autores demonstram como ocorre a coleta e a utilização de dados genéticos relacionados a crimes hediondos no Brasil, a partir do Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG), ressaltando a importância de uma cadeia de custódia devidamente preservada como elemento fundamental para a resolução de crimes.

O seguimento da Engenharia Legal é composto por um artigo que aborda a importância da execução correta de projetos estruturais em construções, intitulado “Análise de desabamento com vítimas fatais, durante concretagem, devido a ruptura de consolo pré-moldado”, que por meio de comparação de protótipos, os autores apontam os problemas da estrutura de um concreto pré-moldado que rompeu de forma frágil e o porquê da armadura de tal estrutura não ter sido bem executada, vitimando dois engenheiros durante vistoria.

A seção de Identificação Humana é formada por quatro artigos destacando a importância desta área para o âmbito forense. O artigo “Identificação necropapiloscópica em mumificado – descrição da técnica utilizada” discute uma técnica simples por meio de registro fotográfico para a identificação de corpos que sofreram mumificação natural, capaz de ser aplicada com pouca estrutura, rapidez e baixo custo. Outro trabalho, de título “Criação de banco de dados genéticos prevista na Lei 12.654/12: uma revisão sobre o histórico e sua utilização”, enaltece a importância do DNA na resolução de crimes e demonstra como o enriquecimento de bancos de dados com perfis genéticos de criminosos refletiria numa maior taxa de resolução de casos e impediria a prisão de inocentes. A identificação humana pela odontologia também foi abordada no trabalho “A importância dos exames de imagens odontológicas na identificação humana: uma revisão sistematizada da literatura”, que realizou uma revisão em quatro bases de dados científicas a partir de descritores específicos. Nessa pesquisa, os autores concluíram que, dentre os artigos selecionados, a maioria abordava estudos sobre mandíbula e seio frontal e 76,6% deles realizaram exames de imagem por tomografia computadorizada. O quarto artigo, intitulado “Levantamento papiloscópico: revisão bibliográfica, avaliação cotidiana e determinação de melhores métodos químicos de revelação utilizados no Setor de Criminalística da Superintendência Regional de Polícia Científica de Fronteira em Chapecó”, elenca os melhores métodos químicos para a revelação papiloscópica de acordo com o material em questão, cor, textura e superfície, uma vez que esta etapa é fundamental para que o confronto com vestígios encontrados em locais de crime seja satisfatório.

A Seção de Laboratório Forense conta com dois trabalhos distintos em suas propostas temáticas, mas que apresentam informações de extrema relevância para as práticas forenses. O artigo intitulado “Agrotóxicos popularmente conhecidos como ‘chumbinho’ identificados em alimentos e bebidas relacionados à local de crime no Estado da Bahia” discute as informações sobre o uso da substância nos casos de intoxicação presentes nos laudos periciais. Os dados apresentados podem ser fundamentais para um correto direcionamento de políticas públicas e uma maior conscientização do tema. Por sua vez, o trabalho “O uso de matrizes biológicas e testes analíticos presentes na Toxicologia Forense”, apresenta, de um modo sistemático, a importância das matrizes biológicas e discute aspectos fundamentais para as ciências criminais.

Na Seção de Medicina Legal e Odontologia Forense há quatro artigos que propiciam a compreensão da atuação ímpar de ambas as áreas forenses. O primeiro trabalho, intitulado “Uso de diagnóstico por imagem aplicado à Medicina Forense”, reúne e discute importantes avanços na obtenção de imagens computadorizadas dentro da Medicina Legal brasileira. O autor destaca que as técnicas não substituem completamente a necropsia, mas são importantes aliadas em diversos casos, como quando há necessidade de reconstrução da face em acidentes de modo não invasivo. O segundo trabalho tem o título de “A multidisciplinaridade das Ciências Forenses aplicada em exame necroscópico de cadáver putrefeitos: da Necropapiloscopia à entomologia forense”. Nele foram descritos e discutidos as principais metodologias utilizadas para a necroscópica de um corpo putrefeito. Além disso, os autores pontuaram o processo de identificação da vítima e as limitações no estabelecimento da causa médica da morte. No terceiro artigo, nós apresentamos o trabalho “Crimes sexuais da cidade de Aparecida de Goiânia – GO: uma análise à luz da Criminologia e da Medicina Legal”, que trouxe uma discussão de extrema importância sobre a forma que os crimes de estupro e estupro de vulneráveis são registrados. A pesquisa se aprofundou em analisar os laudos da cidade de Aparecida de Goiânia, mas que demonstra um recorte muito assertivo da realidade e a necessidade de atenção para o registro desses casos com a correta tipificação. O último artigo desta seção, intitulado “Violência doméstica contra a mulher durante a pandemia do COVID-19: a experiência no Núcleo de Odontologia Legal-IML-SP”, apresenta dados sensíveis, mas que precisam ser colocados em pauta para que políticas públicas sejam aplicadas de maneira mais efetivas nesses casos. A pandemia ocasionada pelo SARS-CoV-2 teve vários efeitos nefastos e o artigo demonstra que um deles foi o aumento percentual nos casos de violência doméstica contra mulheres.

A penúltima Seção – Perícias em Delitos de Trânsito e Identificação Veicular, conta com um estudo de caso. No artigo “Estudo de caso: determinação da velocidade de um veículo em sinistro de trânsito por meio da leitura dos códigos de falhas de suas unidades eletrônicas” os autores apresentam um estudo referente a um atropelamento com vítima fatal, em que se utilizou equipamentos normalmente empregados em oficinas de reparo veicular para, através dos dados de falhas ocorridas no veículo e registradas em suas unidades eletrônicas, determinar a velocidade no momento do atropelamento, corroborando e complementando as conclusões dos laudos de local e de imagens de câmeras de segurança.

Esta edição finaliza com uma nota técnica bastante importante, sobre a “Síndrome da alienação parental: o papel da perícia psicológica no processo judicial”, a partir da qual as autoras investigaram, através de uma revisão bibliográfica, a prática da perícia psicológica na identificação e intervenção da síndrome da alienação em famílias envolvidas em disputa de guarda. As pesquisadoras concluem que, quando é diagnosticada uma Síndrome da Alienação Parental, os envolvidos devem passar por medidas interventivas que reparem os danos sofridos, incluindo o próprio alienador, que precisa ter sua patologia tratada por um especialista.

É um volume bastante plural e heterogêneo, que abarca diversas temáticas que, ainda que tenham como fio condutor a Ciência Forense, cada uma delas tem suas especificidades. A interdisciplinaridade e a pluralidade de assuntos é justamente a beleza dessa edição.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

*Corpo Editorial da RBC*

Caio Henrique Pinke Rodrigues (FFCLRP/USP e INCT Forense, Bolsista CNPq)

Lívia Mariotto (FFCLRP/USP, INCT Forense, Bolsista CAPES)

Maria Eduarda Azambuja Amaral (FFCLRP/USP e INCT Forense, Bolsista CNPq)

Juliano de Andrade Gomes (IC/DF)